

**LUCIANA SILVESTRE PEREIRA BEBIANO**

**ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO  
ENSINO FUNDAMENTAL**

**RIO DE JANEIRO  
2004**

**LUCIANA SILVESTRE PEREIRA BEBIANO**

**ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO  
ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao curso de  
Pedagogia do Centro de Ciências  
Humanas e Sociais da UNI-RIO,  
como requisito para obtenção do  
grau de licenciatura plena, orientada  
pela a professora Maria Angela  
Monteiro Corrêa.

**RIO DE JANEIRO  
2004**

## **AGRADECIMENTOS**

A MINHA FAMÍLIA PELO APOIO E CARINHO  
AO ALESSANDRO POR SER SEMPRE  
PRESENTE

A FABIANE PELA AJUDA E SOLIDARIEDADE  
A PROFESSORA MARIA ANGELA POR TODA  
A SABEDORIA E ORIENTAÇÕES QUE  
FORAM FERRAMENTAS FUNDAMENTAIS  
PARA CONSTRUÇÃO DESTA MONOGRAFIA

## RESUMO

O estudo teve como objetivo compreender como se dá o processo de desenvolvimento das crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental e conhecer quais os aspectos que devem ser levados em consideração durante esta fase. Para fundamentação teórica, foi realizada pesquisa bibliográfica destacando as principais contribuições de Piaget, Freud, Erikson e Vygotsky. Durante a análise da escola, foram obtidas consideráveis informações sobre a importância da relação entre professor e alunos segundo a obra de Paulo Freire. Verificou-se que o desenvolvimento se dá nas dimensões motora, cognitiva, moral, social, afetiva e sexual. Destacou-se também a importância da família e da escola neste processo. Conclui-se que é necessário conhecer e respeitar as etapas de desenvolvimento pelas quais as crianças estão passando neste período, assim como considerar os principais aspectos e as relações envolvidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** criança, desenvolvimento.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	7
2. A FAMÍLIA .....	32
3. A ESCOLA .....	38
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	49

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca conhecer as crianças em idade escolar, mais precisamente, os alunos de primeira à quarta séries do Ensino Fundamental.

A criança se desenvolve através da sua interação com o meio e com as pessoas que convive. Durante este processo, os aspectos motor, cognitivo, moral, social, afetivo e sexual devem ser levados em consideração. O estudo sobre o desenvolvimento é de suma importância para a prática do educador, pois lhe proporcionará informações e orientações sobre as habilidades, as capacidades, as limitações e as angústias, conhecimentos necessários para que o professor possa atingir os objetivos que deseja no trabalho com seus alunos.

O estudo fundamentou-se nas contribuições de autores como Jean Piaget, Sigmund Freud, Erik Erikson, Lev S. Vygotsky, Paulo Freire, César Coll e outros estudiosos dos temas.

O trabalho está organizado em três partes. Na primeira, foi realizado um estudo sobre o desenvolvimento infantil, levando em consideração os aspectos anteriormente mencionados, analisando os diferentes estágios, pelos quais a criança passa durante o seu desenvolvimento, a fim de compreender melhor os alunos.

Na segunda parte, buscou-se estudar como vivem as famílias e identificar o seu papel, assim como conhecer a sua influência sobre o desenvolvimento infantil e os fatores determinantes das práticas educativas dos pais.

E por último, na terceira parte, destacou-se a escola, buscando analisar sua função, como ela pode interferir no desenvolvimento infantil e a importância das relações envolvidas neste processo.

Espera-se que este trabalho seja a semente de futuras aprendizagens e que a busca por novos conhecimentos não se restrinja somente nas palavras aqui escritas, pois pouco ou nada valerá ter conhecimentos estanques, sem considerá-los em suas influências recíprocas e em suas condições de aplicabilidade.

## 1. DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O desenvolvimento infantil é uma das etapas mais ricas e fundamentais para o ser humano. Durante toda a sua vida o indivíduo adquirirá conhecimentos provenientes de todas as vivências e aprendizagens, de natureza quer informais ou formais. A troca de experiências com o meio levará à construção do desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo, moral e social.

O estudo a seguir se fundamentará principalmente nas concepções de Piaget, Freud, Erikson e Vygotsky. Destes teóricos, os três primeiros consideram que o desenvolvimento do indivíduo segue fases predeterminadas, porém, cada um destacará em sua teoria, elementos diferentes no processo de desenvolvimento. Vygotsky, por outro lado, concordará com os autores quanto ao fato da criança estar interagindo constantemente com o meio, mas se opõe ao estabelecimento de estágios pré determinados e aborda, de forma diferente de Piaget, questões relativas ao desenvolvimento cognitivo.

Com relação a este trabalho, o estudo irá se ater mais a obra de Jean Piaget, em razão do interesse de se buscar soluções no que se refere à conduta das crianças.

Além de construir uma teoria do conhecimento, Piaget também estudou a moral, despertando interesse àqueles que se encontram preocupados com a postura atual de seus alunos no cotidiano escolar.

Uma saída para este desafio enfrentado diariamente pelos docentes, é procurar estudar as teorias, com o objetivo de entender como ocorre o



processo de construção da moral nas crianças e, de posse dessas informações, traçar metas para alcançar uma boa relação com seus alunos e, conseqüentemente, saber lidar com os limites necessários à essa convivência.

## ASPECTO MOTOR

O corpo é uma forma de expressão da individualidade. A criança se percebe e percebe as coisas que a cercam em função de seu próprio corpo. Isto significa que ao conhecê-lo, terá maior habilidade para se diferenciar e para sentir as diferenças. Ela passa a distingui-lo em relação aos objetos, observando-os e manejando-os.

Portanto, o corpo é sua maneira de ser. É através dele que estabelece seu contato com o mundo, que se engaja nele e que compreende os outros (OLIVEIRA, 1997).

Em torno dos seis anos, a criança já adquiriu autonomia motora e realiza certas tarefas sem auxílio dos adultos. Revela um ritmo ascendente, sendo que ao final do sexto ano verifica-se uma precisão geral nos movimentos efetuados, graças ao sistema nervoso que adquire o controle voluntário de todos os músculos. É a idade considerada ótima para o incentivo às atividades desportivas, jogos, dança e recreação que exigem esforço físico (ENDERLE, 1987).

O corpo deve ser entendido segundo Oliveira (1997), não somente como algo biológico e orgânico que possibilita a visão, a audição, o movimento, mas é também um lugar que permite expressar emoções e

estados interiores. Assim a autora destaca que para uma criança agir nos seus aspectos psicológico, psicomotor, emocional, cognitivo e social, precisa ter um corpo "organizado". Esta organização de si mesma é o ponto de partida para que descubra suas diversas possibilidades de ação e, portanto nesta abordagem, é preciso se levar em consideração os aspectos neurológicos, mecânicos, anatômicos, locomotores.

De acordo com Picq e Vayer(1985), esta organização de si mesma envolve uma percepção e controle do corpo através da interiorização das sensações. Isto quer dizer que a criança aprende a conhecer e a diferenciar seu corpo como um todo e também a sentir suas possibilidades de ação. Ela precisa também, adquirir um equilíbrio econômico e postural, uma lateralidade bem definida, uma independência dos diferentes segmentos corporais e um domínio das pulsões e das inibições.

Morais(1986), explica de forma esclarecedora o conceito de esquema corporal, dizendo que este resulta das experiências que possuímos, provenientes do corpo e das sensações que experimentamos. Andar, sentar-se, segurar o lápis ou a caneta de modo correto, com estabilidade e com movimentos coordenados, depende de uma noção adequada do esquema corporal que, por sua vez, regula a própria postura e o equilíbrio.

No entanto, o esquema corporal não é um conceito aprendido, que se possa ensinar, pois não depende de treinamento, como esclarece Oliveira(1997). Ele se organiza pela experimentação do corpo da criança. É uma construção mental que a criança realiza gradualmente, de acordo com

o uso que faz de seu próprio corpo. É um resumo e uma síntese de sua experiência corporal.

Portanto, uma grande preocupação para todos aqueles que lidam com crianças deveria ser ajudá-los a usar o corpo para apreenderem os elementos do mundo que os envolve e estabelecerem relações entre eles. Isto é, auxiliar a desenvolverem a inteligência.

É necessário, também, que o educador auxilie seus alunos no sentido de fazê-los centrarem sua atenção sobre si mesmos para uma maior interiorização do corpo. A interiorização é um fator muito importante para que a criança possa tomar consciência de seu esquema corporal.

Pela interiorização, a criança volta para si mesma, possibilitando uma automatização das primeiras aquisições motoras. A criança que não consegue interiorizar seu corpo pode ter problemas tanto no plano gnosiológico, como no prático. (OLIVEIRA,1997,p.50).

Sabendo-se que um esquema corporal organizado permite a uma criança se sentir bem, na medida em que seu corpo lhe obedece, quando tem domínio sobre ele e quando o conhece bem, conclui-se que este é o ponto de referência que o ser humano possui para conhecer e interagir com o mundo. É ele que servirá também de base para o desenvolvimento cognitivo e para a aprendizagem de conceitos tão importantes para a alfabetização como os de espaço com noções de embaixo, em cima, ao lado, atrás, direita, esquerda. Para estas aquisições, primeiramente a criança visualiza estes conceitos através de seu corpo e só depois consegue visualizá-los nos objetos. Seu corpo também está inserido em um tempo e isto irá permitir situá-la melhor no mundo em que se encontra. Este ponto de referência vai possibilitar uma inibição voluntária - a criança inibe seu

movimento na hora em que precisa e que quiser. Ela domina seus gestos ao escrever e domina seu tônus muscular ao imprimir a força adequada para a relação de determinadas tarefas (OLIVEIRA,1997).

Com relação ao controle do movimento, Galvão (1995) acredita que a redução da motricidade exterior e o ajustamento progressivo do movimento ao mundo físico está ligada também à possibilidade de controle voluntário sobre o ato motor. A autora destaca a contribuição de Wallon que chama de disciplinas mentais a possibilidade de controle do sujeito sobre suas próprias ações. Essa capacidade, que se dá por volta dos seis, sete anos, está ligada ao amadurecimento dos centros de inibição e discriminação situadas no córtex cerebral. Antes dessa idade, a possibilidade da criança controlar voluntariamente suas ações é pequena. Isto se reflete, por exemplo, na dificuldade em permanecer numa mesma posição ou fixar a atenção sobre um único foco.

Com o fortalecimento das condutas voluntárias, de acordo com a concepção walloriana, o sujeito passa a comandar o estímulo, escolhendo o foco de sua atenção ou o sentido de sua ação motora. A criança torna-se assim, mais capaz de abandonar suas reações espontâneas imediatas e de adiar sua ação, realizando atividades que demandam planejamento.

A dificuldade da criança permanecer parada e concentrada, como a escola exige, testemunha que a consolidação das disciplinas mentais é um processo lento e gradual, que depende não só de condições neurológicas, mas também está estreitamente ligada a fatores de origem social, como desenvolvimento da linguagem e aquisição de conhecimento. Assim, a escola tem um importante papel na consolidação dessas aquisições (Galvão,1995,p.76).

Dos sete aos doze anos, Oliveira (1997) diz que as crianças estão numa etapa chamada de corpo representado. Nesta época observa-se a estruturação do esquema corporal. Até este momento, a criança já adquiriu as noções do todo e das partes do seu corpo – que pode ser percebido através da verbalização e do desenho da figura humana, já conhece as posições e consegue movimentar-se corretamente no meio ambiente com um controle e domínio corporal maior. A partir daí, ela amplia e organiza seu esquema corporal.

Porém, a autora alerta que existem crianças que não têm essa consciência e apresentam grandes problemas no que se refere ao esquema corporal. Estas crianças, por falta de domínio de seu corpo em ação, manifestam normalmente dificuldade de coordenação dos movimentos, apresentando uma lentidão que prejudica a realização de gestos harmoniosos simples como abotoar uma roupa, andar de bicicleta ou jogar bola. Elas às vezes, conseguem realizar alguns movimentos, mas como não planejam seus gestos ao agir, empenham tanto esforço nessas ações, que logo acabam desestimuladas. Além disto, uma perturbação do esquema corporal pode intervir na leitura e escrita. Na escrita, pode não se dispor bem e nem obedecer aos limites de uma folha, também pode não conseguir trabalhar com vírgulas, pontos, nem montar corretamente contas de somar. Além disso, esta falta de conhecimento de sua presença no mundo, pode levar a uma dificuldade de contato com as pessoas que a rodeiam.

É correndo, pulando, jogando, dançando, brincando que a criança vai se conhecer e saber quais são suas capacidades e limitações. São essas atividades que vão possibilitar que ela conheça o seu corpo e aprenda a

exercer um domínio sobre ele. Ela vai poder ao se exercitar, conhecer e explorar o espaço em torno dela podendo orientar-se com facilidade, conhecer as diversas formas, dimensões, texturas e peso dos objetos que fazem parte do seu mundo e conhecer as pessoas com as quais interage.

O professor que trabalha com crianças das quatro primeiras séries deve proporcionar esta oportunidade aos seus alunos, fazendo atividades com um objetivo específico, observando as reações, dando atenção especial aos que apresentarem dificuldades e assim, com certeza, os resultados aparecerão em sala de aula, pois a inteligência se constrói a partir da ação que o indivíduo exerce em seu meio.

## **ASPECTO COGNITIVO**

Jean Piaget (1896-1980) é o mais conhecido dentre os teóricos que defendem a visão interacionista de desenvolvimento.

Durante seus trabalhos, fez grande uso do método clínico, que é o estudo detalhado e flexível de poucos casos, durante longo período de tempo, utilizando a observação natural.

Quando começou suas observações, o interesse principal dos psicólogos do desenvolvimento na época, no que se referia à inteligência, consistia numa tentativa de qualificação, medição com vista à padronização de testes.

Piaget, ao explicar os testes, interessava-se mais pelas respostas erradas do que pelas certas. Ele constatou que as crianças da mesma faixa

etária, geralmente, tinham o mesmo tipo de erro. Assim, procurou entender os processos mentais que elas utilizavam para chegar a uma determinada resposta (ENDERLE,1987).

O autor concluiu que a inteligência da criança mais nova é qualitativamente diferente da mais velha. Crianças interagem com o mundo de forma diversa, pois a maneira de pensar é própria conforme a idade. Portanto, elas têm formas diferentes e únicas de chegar à conclusões acerca do que vêem, entendem e fazem .

Piaget então passou a rejeitar a utilização de testes padronizados para medir as diferenças individuais da inteligência. De acordo com suas observações e conclusões, considerou o aspecto evolutivo da inteligência e como o indivíduo gradualmente atinge estruturas cognitivas mais eficientes, num contato ativo com o meio.

A preocupação central de Jean Piaget dirigiu-se à elaboração de uma teoria do conhecimento que pudesse explicar como o homem conhece o mundo e como interage com ele.

Preocupa-se portanto, com a gênese do conhecimento, isto é, em saber quais os processos mentais envolvidos numa dada situação de resolução de problemas e quais os processos que ocorrem na criança para possibilitar aquele tipo de atuação. Assim, sua obra é sobre epistemologia genética e mostra como o conhecimento se desenvolve, desde as mais rudimentares estruturas mentais do recém-nascido até o pensamento lógico formal do adolescente. Procura entender como, e em função de que, estas estruturas iniciais se transformam, dando lugar a outras cada vez mais complexas (RAPPAPORT,1981,p.51).

Na teoria piagetiana, o desenvolvimento cognitivo se realiza em estágios. É uma construção contínua de estruturas mentais cada vez mais complexas, oriundas da interação indivíduo/meio.

O indivíduo desenvolve a sua inteligência em contato com o meio. O que varia de um estágio para o outro é o tipo de explicação, organização e compreensão do mundo e, conseqüentemente, o tipo de comportamento do indivíduo.

Os estágios de evolução intelectual, segundo o autor, são quatro. O primeiro é o sensório motor que inicia quando a criança nasce e vai até os dois anos de idade; o segundo é o pré-operacional, dos dois aos sete anos; o terceiro, o das operações concretas, dos sete aos doze anos; o último, o estágio de operações formais, que começa por volta dos doze anos.

É importante frisar que as idades atribuídas aos estágios não são rígidas e há variação individual nas mesmas.

Através da teoria de Jean Piaget, podemos entender a razão dos diferentes tipos de pensamento; as diversas formas de conhecer e interagir com o meio e como se dá o desenvolvimento cognitivo no ser humano.

O presente trabalho estará voltado para a fase das operações concretas, em razão da faixa etária de sete a dez anos ser a enfocada no estudo cujo objetivo principal é conhecer o desenvolvimento da criança de modo a poder compreender melhor os alunos em idade escolar.



## ESTÁGIO OPERACIONAL CONCRETO

Por volta dos sete anos de idade, as características da inteligência, a forma como a criança lida com o mundo e o conhece demonstram que ela se encontra numa nova etapa de desenvolvimento cognitivo chamada operacional concreta. Ao se comparar as aquisições desde período com aquele que o precedeu, observa-se que grandes modificações ocorreram (DAVIS e OLIVEIRA, 1990).

A idade média de sete anos, que coincide com o começo da escolaridade propriamente dita, marca uma modificação decisiva no desenvolvimento mental. Em cada um dos aspectos complexos da vida afetiva, das relações sociais ou da vida psíquica, quer se trate da inteligência ou da vida afetiva, observa-se o aparecimento de formas de organização novas que completam as construções esboçadas no decorrer do período precedente, assegurando-lhes um equilíbrio mais estável que também inauguram uma série ininterrupta de novas construções (PIAGET, 1975, p.42).

Na teoria piagetiana, as operações mentais da criança neste estágio, ocorrem em relação a objetos e situações reais. A criança usa a lógica e o raciocínio de modo elementar, mas somente os aplica na manipulação de objetos concretos.

Começa a se liberar do egocentrismo social e intelectual, sendo capaz de novas coordenações que serão da maior importância, tanto para a inteligência, quanto para a afetividade. Torna-se capaz de cooperar, porque não confunde mais seu ponto de vista com o dos outros, dissociando-os de forma adequada para depois coordená-los. Para a inteligência, trata-se do início da construção lógica, que constitui o sistema de relações que permite a coordenação dos pontos de vista dos diferentes indivíduos. Agora a criança é capaz de construir um conhecimento mais compatível com o

mundo que a rodeia. O real e o fantástico não mais se misturarão em sua percepção (DAVIS e OLIVEIRA,1990).

As autoras declaram que não se nota nesta fase qualquer poder de abstração. As operações da experiência infantil são unicamente concretas. A criança só consegue pensar corretamente nesta etapa, se os exemplos ou materiais que utiliza para apoiar seu pensamento existirem mesmo e puderem ser observados. Ela ainda não consegue abstrair apenas com base em proposições e enunciados.

Por este motivo, a criança pode, na escola ter dificuldade em solucionar problemas matemáticos que tenham o enunciado verbal apresentado de forma complexa, apesar de dominar as operações matemáticas envolvidas no problema. No entanto, se manipular objetos para a resolução do problema, raciocinará sem obstáculos.

A construção das operações possibilita assim, a elaboração da noção de conservação. O pensamento agora baseia-se mais no raciocínio que na percepção. Como consequência, alterar a disposição de duas fileiras, contendo ambas o mesmo número de elementos, não fará a criança achar que as fileiras possuem número diferente de elementos. Da mesma forma que é capaz de perceber que a quantidade se conserva, independentemente da disposição dos elementos no espaço, a criança no estágio operacional tem noção de conservação quanto à massa, peso e volume dos objetos (SPRINTHALL,1997).

Professores das séries iniciais devem estar atentos para não exigir demasiadamente de seus alunos, aquilo que ainda não alcançaram. O desenvolvimento infantil deve ser respeitado, caso contrário, a criança pode

sofrer conseqüências, inclusive ser taxada como incapaz, o que é um engano.

A teoria de Piaget pode ajudar a postura do professor em sala de aula, proporcionando elementos para que ele reflita sobre si mesmo, sobre o planejamento adotado, sobre as estratégias de ensino e os recursos utilizados e, especialmente, sobre a sua relação com os alunos.

O educador que vê o aluno como o sujeito da aprendizagem; construtor do seu próprio conhecimento e destino, que interage de forma ativa com o meio; adota uma visão de educação cognitivista, construtivista, a mesma de Jean Piaget. Dentro dessa abordagem, pode-se considerar que todas as crianças, todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, cor, inserção social, estão permanentemente conhecendo e compreendendo o mundo no qual vivem e produzindo um determinado conhecimento sobre ele.

## **ASPECTO MORAL**

Dos seis aos doze anos acontece um grande avanço no desenvolvimento do juízo ou raciocínio moral, isso devido ao grande progresso da descentração, ao aumento da capacidade de se adotar outras perspectivas, à melhor compreensão das normas estabelecidas pela sociedade entre outras coisas. Todavia, assim como acontece com o conhecimento de outros aspectos sociais, somente depois de avançada a adolescência é que o indivíduo poderá dispor de maturidade suficiente para atingir uma autêntica autonomia no campo do raciocínio moral, no sentido de

obter alguns princípios morais próprios e auto-aceitos, independentes da autoridade e das regras externas (FRITAS, 2003).

Padilla e González (1995) indicam que a partir dos seis-sete anos, as crianças evoluem da heteronomia para autonomia moral. As autoras apontam que no trabalho realizado por Jean Piaget (1932), observa-se como as crianças, no contexto das relações com os companheiros, descobrem que é necessária a reciprocidade para agirem conforme as regras, levando em conta que estas são efetivas. A procedência das regras não mais deriva de autoridades externas como Deus, pais ou adultos, mas resultam de convenções acordadas entre indivíduos e, portanto, podem ser modificadas.

Outros aspectos significativos da autonomia moral destacados por Padilla e González (1995), são a redução do absolutismo da crença na justiça imanente, segundo a qual a violação das regras traz sempre consigo o castigo. Dessa maneira, o realismo moral característico das crianças na Educação Infantil evolui para um relativismo moral, reunido a um igualitarismo progressivo, com uma crescente capacidade de avaliar os atos, independentemente da autoridade adulta. Para tal avaliação, utilizam a responsabilidade subjetiva, centrando-se nos motivos ou intenções que subjazem à conduta. As crianças consideram que nem sempre se deveriam ministrar castigos porque a criança violou algumas regras, mas os castigos deveriam se adequar ao delito cometido. Existe uma distinção entre os castigos apropriados e os arbitrários, que excedem a transgressão realizada. Mesmo assim, as crianças ainda tendem a estar limitadas à ação de "justiça igual para todos". A imparcialidade nesta idade, significa tratar os indivíduos igualmente. À medida que aumenta a compreensão das crianças de que os

outros possuem sentimentos, direitos e necessidades semelhantes às suas, ou seja, o conhecimento interpessoal, elas compreendem com mais profundidade a origem e o significado das regras.

Portanto, a teoria piagetiana indica que os primeiros sinais de moral autônoma são a reciprocidade e o respeito mútuo. Mas, será apenas nos primeiros anos da adolescência que a justiça igualitária adquirirá um caráter realmente imparcial, no sentido de aplicar as regras de acordo com a situação, as circunstâncias e os motivos em que se produzem as transgressões.

Padiha (1999), afirma que devido a crescente complexificação de seus raciocínios, a criança do Ensino Fundamental, é perfeitamente capaz de compreender que há infrações mais graves do que outras e que as punições precisam acompanhar não só uma gradação como a reincidência.

Seguindo esta linha de raciocínio, verifica-se que o primeiro passo a ser dado pelo professor com o infrator, deve ser sempre o esclarecimento. É preciso explicar-lhe clara, firme e rapidamente que o que ele fez não é permitido e por que. Também ajuda fazê-lo pensar como se sentiria se, em vez de ser o infrator, ele fosse quem sofreu a infração cometida por ele. A experiência de ser tratado com justiça igualitária, muito mais do que com palavras, é que poderá fazer a diferença.

Contudo, a autora alerta que é hipocrisia ou ingenuidade pensar em uma moral só para os alunos, deixando de fora as relações e fenômenos da instituição escolar. Alunos que se pautam autonomamente por um código moral não são os alunos de uma escola que tem dois códigos de moral: um flexível para si própria, e outro rígido, para os alunos. Ou a instituição respira

moral por todos os poros ou terá escamoteios, mentiras, jeitinhos e indisciplina em todos os setores.

## ASPECTO SÓCIO- HISTÓRICO

Lev Sminovith Vygotsky (1896-1934) também propôs um outro tipo de interacionismo. Nascido na Rússia, ele escreveu, em sua curta vida, uma ampla e importante obra, da qual apenas alguns livros foram traduzidos para o português.

No trabalho de Vygotsky e de seus seguidores Luria e Lentiev, encontra-se uma visão de desenvolvimento baseada na concepção de um organismo vivo, cujo pensamento é construído num ambiente que é histórico e, em essência social (REGO,1995).

Assim como Piaget, Vygotsky vê a criança como um ser ativo, atento, que constantemente cria hipóteses sobre o seu ambiente. Eles concordam também quanto ao fato de que o pensamento da criança é qualitativamente diferente do pensamento adulto. Mas abordam, de forma diferente, as questões relativas ao papel dos fatores internos e externos no desenvolvimento, processo de construção do real, o papel da aprendizagem, o papel da linguagem no desenvolvimento e a relação entre pensamento e linguagem.

Davis e Oliveira(1990), destacam que ao reconhecer a imensa diversidade de condições histórico-sociais em que as crianças vivem, Vygotsky não aceita a possibilidade de existir uma seqüência de estágios

cognitivos, como propõe Piaget. Para Vygotsky, as oportunidades que se abrem para cada criança são muitas e variadas, adquirindo destaque, em sua teoria, as formas pelas quais as condições sociais e as interações humanas afetam o pensamento e o raciocínio.

Assim, a interação social é a origem e o motor do desenvolvimento e da aprendizagem. Na interação social, a criança aprende a regular seus processos cognitivos, graças às indicações e diretrizes dos adultos e, em geral, das pessoas com as quais interagem. Mediante um processo de interiorização ou internalização, o que a criança pode fazer ou conhecer, em princípio, somente graças a estas indicações e diretrizes dos adultos - regulações interpsicológicas, transforma-se progressivamente em algo que pode fazer ou conhecer por si mesma, sem necessidade de ajuda - regulações intrapsicológica (COLL e COLOMINA, 1995).

Vygotsky se dedicou ao estudo das relações entre pensamento e linguagem durante anos de sua vida. Na sua teoria, afirma que essa relação passa por várias mudanças ao longo da vida do indivíduo. Apesar de terem origens diferentes e de se desenvolverem de modo independente, numa certa cultura, o pensamento e linguagem se encontram e dão origem ao modo de funcionamento psicológico mais sofisticado, tipicamente humano.

Após a idade de seis anos, Vygotsky notou que o falar em voz alta para si mesmo, comum em crianças menores, torna-se fragmentado, começa a desaparecer e é substituído por sussurros, tornando-se uma fala interna conservando o aspecto integral do pensamento que o direciona. Contudo, sempre que há confronto com situações-problema de difícil

solução, a fala externa volta a aparecer, auxiliando a atividade cognitiva (DAVIS e OLIVEIRA,1990).

Quanto ao desenvolvimento e aprendizagem, Vygotsky identifica dois níveis de desenvolvimento. O primeiro é aquele que se refere às conquistas já efetivadas que ele chama de nível de desenvolvimento real ou efetivo, e o segundo , o nível de desenvolvimento potencial, que se relaciona às capacidades em vias de serem construídas.

Rego(1995), explica que o nível real pode ser entendido como referente àquelas conquistas que já estão consolidadas na criança, aquelas funções ou capacidades que ela já consegue utilizar sozinha, sem assistência de alguém mais experiente. O nível de desenvolvimento potencial também se refere àquilo que a criança é capaz de fazer, só que mediante a ajuda de outra pessoa - adulto ou criança mais experiente. Neste caso, a criança realiza tarefas e soluciona problemas através do diálogo, da colaboração, da imitação, da experiência compartilhada e das pistas que lhes são oferecidas.

A distância entre aquilo que a criança é capaz de fazer de forma autônoma - nível de desenvolvimento real e aquilo que ela realiza em colaboração com os outros elementos de seu grupo social - nível de desenvolvimento potencial, caracteriza o que Vygotsky chamou de "zona potencial ou proximal de desenvolvimento".

Rego(1995), ressalta ainda que o aprendizado é o responsável por criar a zona de desenvolvimento proximal, na medida em que em interação com outras pessoas, a criança é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que, sem a ajuda externa, seriam



impossíveis de ocorrer. Esses processos se internalizam e passam a fazer parte das aquisições do seu desenvolvimento individual. É por isso que Vygotsky afirma

[...]aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã. (VYGOTSKY, citado por REGO, 1995,p.74).

O conceito de “zona de desenvolvimento proximal” possibilita compreender funções de desenvolvimento que estão a caminho de se completar. Neste sentido, pode ser utilizado tanto para mostrar como a criança organiza a informação, como para verificar a forma como o seu pensamento opera. Tal conceito é de extrema importância para um ensino efetivo. Apenas conhecendo o que as crianças são capazes de realizar com e sem ajuda externa é que se pode conseguir planejar as situações de ensino e avaliar os processos individuais. Portanto, o papel da educação e , conseqüentemente, o da aprendizagem ganham destaques na teoria de desenvolvimento de Vygotsky, que também mostra que a qualidade das trocas que se dão no plano verbal entre professores e alunos irá influenciar decisivamente na forma como as crianças tornam mais complexo o seu pensamento e processam novas informações.

O estudo das teorias de Piaget e Vygotsky com o destaque dos aspectos mais importantes de cada uma, possibilita a melhor compreensão do aluno no que se diz respeito ao seu desenvolvimento e ao processo de aprendizagem.

## ASPECTO AFETIVO E SEXUAL

Na prática docente encontra-se alunos que, durante as aulas, demonstram ter aprendido os conceitos ensinados mas que ao realizarem uma avaliação, não o fazem de forma satisfatória. Pode-se observar também crianças excessivamente agressivas ou demasiadamente passivas, com dificuldades de relacionamento com o professor e com o grupo.

A criança quando está atravessando algum tipo de problema em casa como desavenças constantes, a morte de um parente próximo, o nascimento de um irmão, situações econômicas graves, entre outras, na maioria das vezes poderá ter interferência na sua aprendizagem.

Partindo de constatação desse tipo, deve-se dar importância aos estudos e as teorias referentes ao desenvolvimento da personalidade do indivíduo, mais precisamente aos aspectos relativos à afetividade.

Para Davis e Oliveira(1990), ainda não conhecemos o suficiente muitos aspectos da dinâmica emocional do ser humano e o papel da emoção na aprendizagem. Assim, não é fácil saber como o professor deve agir em sala de aula. Essa lacuna de conhecimentos soma-se ao fato de que vários outros fatores também influenciam a atuação docente e dificultam a orientação da aprendizagem como o uso de uma metodologia inadequada; a falta de recursos didáticos; as condições insatisfatórias de trabalho; baixos salários entre outros. O professor termina, assim, alimentando a idéia de problemas emocionais graves e de desajustes familiares como sendo os responsáveis pelo desempenho da criança, colocando apenas sobre o aluno, o peso do fracasso que também é seu.

É importante compreender que algumas crianças enfrentam dificuldades em seu desenvolvimento cognitivo e emocional, mas não se deve atribuir todos os problemas de aprendizagem aos desajustes emocionais.

Existem vários teóricos que se ocupam do estudo da personalidade, do psiquismo e do desenvolvimento da afetividade. Cada teoria é fruto de um momento histórico, sóciopolítico e cultural.

Algumas contribuições trazidas pela psicanálise podem ajudar o professor a melhor compreender o que se passa com a afetividade de seus alunos no decorrer das relações que são trocadas no dia-a-dia da sala de aula.

A Psicanálise foi elaborada pelo médico austríaco Sigmund Freud(1856). Suas descobertas revolucionaram o pensamento da época e influenciaram muitos outros estudiosos do comportamento humano em áreas como a Psicologia e a Educação.

Sprinthall (1997), indica que Freud afirmou que o psicólogo é como o arqueólogo que escava cuidadosa e sistematicamente o passado para desvendar passo a passo as tramas intrapsíquicas da história do indivíduo. Descobriu que a estrutura do passado influenciava o comportamento presente, havia um repertório de conhecimentos, sentimentos, idéias desconexas e fantasiosas enraizadas no inconsciente. O inconsciente para Freud é a chave do comportamento humano. Apesar dos indivíduos poderem tentar suprimir ou reprimir os pensamentos e sentimentos internos e empurrá-los para o inconsciente, o material reprimido pode fugir para o exterior de uma forma mascarada.

Além da descoberta do inconsciente, as idéias de Freud causaram grande impacto no conhecimento científico da época, como as questões da vivência e da sexualidade infantil. A constatação de que estas são determinantes da personalidade adulta é uma das bases da teoria psicanalítica (DAVIS e OLIVEIRA, 1990).

Em termos de contribuição para a área educacional, Enderle (1987) salienta que a teoria freudiana, legou-nos alguns conceitos de grande utilidade no que tange à operacionalização do processo educativo. O pressuposto de que todo nosso aprendizado está ligado a nossa vida afetiva sublinha a importância do relacionamento entre pais e filhos, professores e alunos. Destaca, também, a importância da personalidade do professor no processo educacional, já que este age como modelo de identificação para o aluno, no sentido de representar a figura materna ou paterna.

Faz-se necessário que o educador interesse-se pelos primeiros anos de vida do educando, porque esses são decisivos, principalmente quanto às relações afetivas que se estabelecem com as figuras mais significativas, ou seja, aquelas que lhe serviram de modelo.

Quanto à sexualidade infantil, para melhor compreendê-la, é necessário estabelecer a noção de libido, que é uma energia de natureza sexual. Na psicanálise, sexual não significa genital, - é uma das manifestações da sexualidade que ocorre na vida adulta.

Na teoria freudiana, a localização da libido, relaciona-se com a fase de desenvolvimento psicossocial do indivíduo. Assim, durante esse processo, percebe-se que a fonte de gratificação libidinal vai mudar da boca para as zonas corporais, como o ânus e os órgãos genitais, à medida que se

processam as transformações decorrentes do amadurecimento. De acordo com a localização da libido no corpo, existem as diferentes fases no desenvolvimento psicosexual do indivíduo: a fase oral, a fase anal, a fase fálica, o período de latência e a fase genital.

Como estudo está focado em crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental I, será detalhado apenas o período de latência, com finalidade de entender melhor os alunos que se encontram nesta fase.

De acordo com a teoria freudiana, dos seis anos até o início da adolescência, a criança encontra-se numa fase conhecida como período de latência, que constitui algo como a ponte que une a sexualidade pré-genital infantil à sexualidade genital que surge na puberdade. Trata-se de um período de tranquilidade relativa, com surgimento de conflitos e tensões se os mesmos, nas fases anteriores não tiverem sido resolvidos.

Fundamentalmente, o período de latência se caracteriza por uma dessexualização das relações e dos sentimentos, por um predomínio da ternura sobre a sexualidade, por uma grande redução dos desejos hostis e das pulsões agressivas. O período de latência tem origem sobre a base do declive da conflitividade edípica, correspondendo a uma intensificação do recalque – mecanismo pelo qual são submersas, no inconsciente, as representações ligadas às pulsões, e que explica a amnésia dos conteúdos sexuais dos primeiros anos e um desenvolvimento da sublimação – mecanismo pelo qual as pulsões são derivadas para fins socialmente valorizados (HIDALGOS e PALÁCIOS, 1995).

Neste período ocorre a entrada na escola e o acesso ao ensino formal e à cultura adulta permitindo assim, realizações intelectuais e sociais.

Os pais passam a ser modelos para o processo de identificação sexual, isto é, passam a ser encarados como pessoas que podem introduzir a criança nas culturas masculina e feminina, passando-lhes valores, condutas e ideais sexuais típicos da sociedade em que vivem.

## **ASPECTO PSICOSSOCIAL**

Erik Erikson (1902) baseou-se nas fases de desenvolvimento freudianas do desenvolvimento da personalidade para explicar o desenvolvimento da identidade pessoal e, mais ainda especificamente, o impacto do ambiente social sobre o desenvolvimento da personalidade (HIDALGOS e PALÁCIOS,1995)

Freud preocupou-se com a dinâmica psíquica dentro do indivíduo - forças intrapsíquicas, enquanto Erikson considera fundamental a análise histórica da estrutura da organização em que a criança se encontra e das relações inter-psíquica entre a criança e o seu meio.

Para explicar o desenvolvimento psicossocial, Erikson propôs oito estágios pelos quais passa o indivíduo. Esses estágios vão do nascimento até a velhice e cada um deles se baseia na resolução de crises.

Com base na teoria de Erikson, Sprinthall(1997) afirma que, caso as crises não sejam resolvidas, o desenvolvimento saudável da personalidade será prejudicado. Se a resolução não é conquistada dentro de um período determinado da vida, todos os estágios subseqüentes refletem este fracasso, quer na forma de desajuste físico, cognitivo, emocional ou social.

A palavra crise está sendo agora aceita para designar um ponto decisivo e necessário, um momento crucial, quando o desenvolvimento tem de optar por uma outra direção, escolher este ou aquele rumo mobilizando recursos de crescimento, recuperação e nova diferenciação ( ERIKSON, 1976, p. 14).

O estágio de industriiosidade versus inferioridade é o que abrange o período de seis a onze anos. É neste momento que a criança entra na vida escolar logo, a área de interesse do presente trabalho.

Hidalgo e Palácios(1995), afirmam que a principal realização deste estágio é aprender habilidades, tanto na escola como fora dela. É o momento no qual a criança aprende a ler, escrever, calcular, jogar futebol, xadrez, remar, tocar um instrumento musical, nadar, colecionar entre muitas outras coisas. Sua energia e sua motivação estão direcionadas para aprender novas habilidades e desenvolver suas potencialidades.

Conseqüentemente, se a criança não for estimulada e encorajada a participar das atividades de seu grupo social e escolar, se constantemente não for bem sucedida em suas tentativas de participação, esse sentimento de industriiosidade, de competência, de saber fazer as coisas, será substituído pela inferioridade, como esclarece Sprinthall(1997).

Os professores têm um papel importantíssimo nesse estágio, quando propõem atividades que passam a proporcionar à criança o sentimento de industriiosidade, de competência, quando sugerem atividades escolares que as mesmas possam realizar e, quando não puderem, os professores devem lidar com suas dificuldades, de forma a evitar que se instale o sentimento de inferioridade em seu alunos.

Hidalgo e Palácios(1995), mostram que de acordo com a descrição de Erikson, as relações dos meninos e meninas com seus genitores

evoluem, nesta fase, para um nível realista de dependência, nas áreas em que esta ainda é necessária, e de independência, naquelas em que a criança pode se permitir relações mais igualitárias. Outros adultos, diferente dos pais, adquirem um papel significativo e, sobretudo, ganham uma enorme importância os companheiros ou iguais, com os quais a criança se identifica ou se opõe, uni-se ou se torna inimiga, mas sobretudo, se compara.

Os professores desempenham um papel fundamental no processo da aprendizagem e no desenvolvimento da personalidade de seus alunos. As crianças só não passam várias horas com seus educadores, como também, mesmo fora do ambiente escolar, os têm em seu pensamento, devido a trabalhos de casa, repreensões, elogios, conversas, provas e outros. A esse aspecto deve-se acrescentar que as crianças estão indo cada vez mais cedo para a escola e lá permanecem cada vez mais tempo. Assim, na sociedade contemporânea o papel dos educadores na vida das crianças tem importância crucial.

Diante de tais constatações, deve-se considerar que determinadas atitudes podem ajudar a desenvolver na criança um sentimento de insegurança, dificultando a confiança que ela deve ter em si mesma.

A teoria de Erikson faz pensar que quando não há estímulo, ou quando a criança só encontra críticas e é constantemente ridicularizada, poderá desenvolver um sentimento de inferioridade. Dos seis aos onze anos, os sentimentos de industriiosidade, de competência e os aspectos emocional e pessoal estão em evidência o que reitera a importância do professor neste período.



## 2. A FAMÍLIA

A família como se conhece hoje, não foi a mesma em todos os tempos. As condições históricas e as mudanças sociais determinaram a forma como a família se organizou para cumprir sua função social.

Atualmente existem inúmeras estruturas familiares como a família de pais separados; as que realizam novas uniões das quais resulta uma convivência entre os filhos dos casamentos anteriores de ambos e os novos filhos do casal; a família chefiada por mulheres – encontrada em todas classes sociais; a nuclear; a extensiva; a homossexual; enfim, encontra-se uma infinidade de tipos que a cultura e os novos padrões de relações humanas vão produzindo (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 1999).

Em todos segmentos da sociedade como foi mencionado anteriormente, as crianças estão indo cada vez mais cedo para as instituições educacionais. Este fato se justifica pela entrada da mulher no mercado de trabalho quer para garantir a renda familiar, quer como projeto de vida.

Apesar das crianças estarem passando mais tempo na escola e a escolarização obrigatória assumir um papel importante e crescente com relação a ampliação dos contextos de socialização externos ao lar, a família continua exercendo uma notável influência sobre a criança.

Assim como na Educação Infantil, no Ensino Fundamental continuam sendo válidos os padrões gerais de influência das práticas educativas dos pais sobre a auto-estima, dependência e motivação de conquista da criança (CUBERO e MORENO, 1995).

Para Tiba (2002), a auto-estima é a base da felicidade e o autor alerta para os cuidados adequados à idade como carinho, respeito e afeto ao lidar com a criança. Os pais devem reconhecer e festejar as realizações e conquistas de seus filhos, reforçá-las alegremente e estimular, sem pressionar, a mais uma descoberta. O estímulo nas realizações das lições de casa são importantes, pois fazer as próprias lições e enfrentar desafios fortalece a auto-estima. Ao fazer pelos filhos o que eles já são capazes de fazer sozinhos, os pais alimentam uma falsa alegria e inviabilizam o desenvolvimento da capacidade de ser feliz.

Cubero e Moreno (1995) destacam que as crianças educadas em ambientes democráticos continuam mantendo as características positivas destacadas na Educação Infantil. Se os pais tiverem mantido exigências de conduta madura e uma exigência consistente de cumprimento de regras, será maior a capacidade das crianças para tomar iniciativas, assumir o controle de situações e esforçar-se nas atividades cotidianas.

As autoras afirmam que ocorre uma mudança evolutiva sobre o comportamento agressivo das crianças. Quando junto com o comportamento autoritário há falta de afeto, começam aparecer comportamentos anti-sociais. O castigo, especialmente o físico, apresenta uma ligação particularmente evidente com agressividade das crianças, pois estas podem encontrar em seus pais agressivos um modelo de comportamento a ser imitado.

A influência dos pais, durante os anos escolares, também é notada de forma acentuada, na socialização dos papéis sexuais. Na família convencional, as mães tendem a se manifestar como submissas, emotivas,

sensíveis às situações interpessoais, afetuosas e aceitadoras. Ao contrário, os pais costumam aparecer como mais dominadores, independentes e competentes, na hora de enfrentar os problemas. É no interior da família que se reproduz a tipificação sexual que caracteriza nossa sociedade, as crianças tenderão a imitar esses padrões, principalmente quando esses modelos são atrativos e afetuosos. A tipificação sexual não se produz apenas pela imitação dos modelos, mas também mediante práticas educativas diferenciadoras, de forma que se animam os meninos a serem independentes, competitivos e que controlem suas emoções, enquanto ensinam às meninas a serem afetuosas, hábeis nas atividades interpessoais, emocionalmente expressivas e dependentes. As roupas, os brinquedos e a decoração de seus quartos são outros exemplos desse processo de tipificação a que se acabou de referir (CUBERO e MORENO, 1995).

Com relação a esta questão, verifica-se que atualmente os papéis entre pais e filhos em idade escolar, continuam sendo, em certa medida, divididos – se por um lado as mães costumam interagir com seus filhos, com mais freqüência, em relação aos cuidados, sendo mais diretivas e insistentes do que os pais principalmente em atividades diárias, como fazer com que a criança tome banho, faça o dever de casa, junte os brinquedos e outros, por outro lado as interações com o pai continuam ocorrendo, com mais freqüência, no contexto de jogo, que tem menos componente físicos, sendo mais de tipo verbal.

É certo acreditar que a família vai moldando as características psicológicas do indivíduo durante o tempo que permanecer sob sua

custódia, mas não tem um poder absoluto e indefinido sobre a criança. Em primeiro lugar, porque certas características podem estar ao menos definidas quando a criança nasce - sua saúde ou certos aspectos do temperamento infantil e o nível de atividade ou de adaptabilidade a novas circunstâncias ou pessoas. Em segundo lugar, porque outros contextos socializadores como a escola e os colegas podem, a partir do momento em que a criança tenha acesso a eles influenciá-las de forma paralela à ação dos pais, em certos casos com maior convergência que em outros. Por último, porque a família, encontra-se sob a influência de um conjunto de fatores que condicionam e determinam seu funcionamento, como a situação sócio-econômica dos pais e a conjuntura política e econômica da sociedade em geral.

Todos esses fatores fazem com que, por um lado, cada família se encontre exposta à características ou determinantes próprios - número de pessoas que compõem, moradia onde residem, renda familiar, nível educacional e personalidade dos pais. E também, porque a família como instituição está sujeita a mudança como a transição de uma família extensa à uma família nuclear, o trabalho da mulher, o divórcio e a interferência dos meios de comunicação. Assim, é possível observar a influência da família sobre as crianças durante os anos escolares em diferentes dimensões.

Cubero e Moreno(1995) alertam que algumas características presentes no cotidiano familiar como o uso contextualizado da linguagem, as expectativas e contribuições a respeito do sucesso da criança na escola, a existência no lar de livros de consulta, outros materiais de leitura, jogos que potencializem habilidades cognitivas e espaços próprios onde possa levar a

cabo estas atividades, podem contribuir para que a criança tenha um melhor desempenho nas novas exigências da escola. Geralmente, segundo as autoras, são os estilos educativos democráticos, por sua judiciosa combinação e exigências de maturidade, os que propiciam um melhor desenvolvimento da criança.

Uma questão atual que vale a pena destacar é relativo a ausência dos pais na vida da criança, em virtude da carga horária dedicada ao trabalho. Este fato vem deixando a convivência educacional aos cuidados da escola, e esta necessidade familiar gera um sentimento de culpa dos pais que, para compensar tais circunstância, acabam sendo permissivos em demasia com seus filhos impedindo assim, a freqüência de momentos de se educar e transmitir os valores que devem ser seguidos; derivados dos próprios valores dos pais para a construção da personalidade da criança.

Sayão (2003) acredita que, se no lugar da culpa, os pais colocassem a responsabilidade, ficaria claro que o papel a desempenhar seria dar um norte ao filho, transmitir sua experiência de vida, fazer escolhas para o filho enquanto ele não tiver condições de ser autônomo e se fazer respeitar e obedecer. É aprendendo a obedecer os pais que o filho aprende a ter autocontrole, de modo que, mais tarde, ele possa mandar em si mesmo e tomar suas próprias decisões. Mas, muitos pais relutam em se fazer obedecer.

Os pais devem acompanhar com afeto, os primeiros passos que os filhos vão dar em direção a própria vida. Dar acolhimento e apoio, mas quando for preciso oferecer resistência àquilo que o filho queira impor. Aliás,

se alguém tem que impor algo na relação entre pais e filhos, este alguém é o pai e/ou a mãe.

Sayão (2003) sugere aos pais uma educação democrática na sua relação com os filhos. Esta supõe a existência de leis e regras. Dependendo da situação, neste tipo de educação, há negociações, mas deve sempre considerar o coletivo. Deve ter como referência o acordo em vigor e, principalmente, a meta a cumprir que é preparar a criança, o jovem para realidade, para a vida em grupo e para cidadania, que supõe direitos e deveres.

O papel dos pais é árduo, complexo, delicado, principalmente no mundo atual em que a criança está sujeita a tantas interferências que os pais consideram negativas. Mas eles não podem desanimar nem se esquivar de cumprir a obrigação que criaram quando tiveram o filho.

### 3. A ESCOLA

A escola e a família são as principais instituições sociais para a criança, por isso, sua influência será determinante para o desenvolvimento cognitivo e social.

Bock, Furtado e Teixeira (1999) afirmam que nas teorias pedagógicas e no cotidiano escolar, a escola também é definida como um lugar que prepara para a vida. Mas isso não é possível num meio fechado, que volta as costas para a realidade social. A escola tem se organizado a partir, apenas e fundamentalmente, da noção de cultura. Acreditando que “cultivando” o indivíduo, isto é, ensinando-lhe a cultura acumulada pela humanidade, conseguirá desenvolver o que nele há de melhor. A escola pressupõe que há um indivíduo a ser desenvolvido dentro de cada pessoa que por natureza, é bom. Ou seja, trazem uma sementinha dentro de si que desabrochará no contato com a cultura e se tornarão bons cidadãos. Por isso o nome jardim-de-infância para escolas infantis. Prepara-se o indivíduo no que ele tem de bom para, após um certo tempo, entregá-lo à sociedade a fim de transformá-la na direção do que é naturalmente bom para os mesmos.

As autoras alertam que é preciso cuidado com tal concepção, pois se permite pensar a escola como uma instituição que isola os indivíduos para protegê-los e também permite pensá-la de outra forma, ou seja, apropriando-se deste discurso de proteção para criar indivíduos à margem e semelhança dos valores sociais dominantes.

E é exatamente para este fato que Gramsci (1979) chama atenção. Ele considera que a educação funciona como um instrumento de dominação e reprodução das relações de produção da sociedade capitalista, pois difunde a ideologia burguesa como única correta e válida. Assim, a classe superior procura impor às classes subalternas sua concepção de mundo e sua ideologia, que é aceita e assimilada por estas.

Por isso é necessário que exista uma escola que faça a mediação entre as crianças e os modelos sociais de maneira crítica. Esta deve ensinar às crianças a historicidade dos modelos e como eles foram se modificando no tempo, conforme os homens foram transformando suas formas de vida e suas necessidades. A simples imersão da criança no meio social não lhe garantirá um aprendizado crítico dos modelos. A escola, vista nesta perspectiva, torna-se um lugar de fato de mudança, de movimento e de transformação.

Deste modo, o educador tem uma importância fundamental, pois formar indivíduos críticos, autônomos, conscientes do seu papel enquanto cidadão, dependerá do tipo de relação que estabelecerá com seu aluno.

E quem melhor defende a idéia de que a postura do professor pode ou não viabilizar o crescimento e as mudanças na estrutura da sociedade é Paulo Freire. Ele é considerado um educador humanista e suas concepções de educação parte do contexto representado pelo processo de desenvolvimento econômico, social, político e histórico.

Para Paulo Freire (1987), a educação é um ato criador, sendo o educando o sujeito deste ato. O fato de necessitar da ajuda do educador



não anula a sua responsabilidade no ato criativo e na construção do próprio conhecimento.

Este autor destaca duas situações opostas de educação: a Educação bancária e a Educação libertadora. Na primeira, o educador detém o saber, em contraposição aos educandos que nada sabem, predominam relações narrativas e dissertativas. A educação torna-se um ato de depositar como nos bancos; o saber é uma doação, dos que se julgam sábios, aos que nada sabem. Há rigorosos métodos de avaliação, controle da leitura e distanciamento afetivo entre professor e alunos. A tendência deste tipo de educação é gerar indivíduos acrílicos, passivos, sem consciência do seu lugar na sociedade e da sua importância enquanto cidadão na realização de mudanças sociais.

Já a segunda, a Educação libertadora, o diálogo entre educador e educando é uma exigência constante. A aula não é o momento em que se deve “despejar conhecimento” no aluno, nem as avaliações são instrumentos que permitirão verificar se o conhecimento continua retido pelo aluno e se este o guarda do jeito que o professor ensinou. A educação deve realizar-se em função de uma visão global do aluno, considerado como uma pessoa com sentimentos e emoções, que tem capacidade de organizar sua própria aprendizagem. Assim, fundamenta-se na criatividade e na autonomia, estimulando uma ação e reflexão verdadeira sobre a realidade, considerando os homens como transformadores e criadores na sua permanente relação com o mundo.

Uma questão atual que vale a pena ressaltar, é o fato da escola servir para responder a necessidades sociais de preparo do indivíduo para a vida

pública e a família ser responsável pela formação moral de seus filhos. Observa-se hoje que a escola está ocupando grande parte da vida de seus alunos. Ensina conteúdos, valores, e ideais, ou seja, vem cada vez mais substituindo as famílias na orientação para a vida sexual, profissional, enfim, para a vida como um todo. Resta saber se ela está preparada para isso.

Tiba (2002), responde o impasse acima, afirmando que a escola sozinha não é responsável pela formação da personalidade da criança, ela tem papel complementar ao da família. Por mais que a escola propicie um clima familiar à criança, ainda assim é apenas uma escola, oferecendo condições de educação muito diferentes das existentes na família. Por tanto, o ideal é que cada uma assuma a sua responsabilidade e seu verdadeiro papel.

Sozinhas, nem a família nem a escola podem fazer alguma coisa. Trata-se de buscar co-responsabilidades e compromissos. É fundamental o reconhecimento das coisas que a escola pode fazer sozinha e tem a responsabilidade de fazer. Há outras coisas com que a escola pode colaborar, mas não pode fazer sozinha – tem que fazer com a co-responsabilidade de outros agentes sociais. E há ainda coisas que a escola não pode fazer de nenhuma maneira. Não lhe competem. Competem a outras instâncias sociais, aos poderes públicos, aos meios de comunicação, às associações, às organizações (COLL, 2003).

Como se pode observar, até aqui foram abordados aspectos importantes com relação à escola que são fundamentais para a reflexão da prática docente. Mas o momento em que a criança entra no ensino formal tem outras implicações.

A passagem da Educação infantil para o ensino fundamental, como ocorre em todas as transições de um contexto de desenvolvimento para outro, pressupõe para a criança novos desafios cognitivos e sociais. Antes o ambiente escolar se caracterizava por ser um meio menos rigidamente estruturado e, agora, a criança passa a um ensino no qual, em geral, os conteúdos trabalhados em aula estão mais sistematizados, os horários são menos flexíveis, reduz-se, significativamente, a liberdade da criança para escolher atividades que deseja desenvolver, e são postos em marcha mecanismos para avaliar o rendimento do aluno.

Além disso, a escola representa a entrada em um mundo diverso do da família, onde impera um novo código de ética encabeçado pelas noções explícitas de ordem, dever, disciplina e, principalmente, silêncio. Neste novo mundo um personagem aparece como absoluto vigor aos olhos da criança, que passa a vê-la como um ser onisciente e onipotente: o professor. Tal é a importância do professor para a criança, que seu olhar concentra-se nele, observando-o atentamente, como se quisesse captar todos os detalhes dessa pessoa tão importante e convertê-la em uma parte de si mesma. Daí a importância psicológica da estrutura de personalidade do professor na formação da criança. Um professor fraco e inseguro, impaciente e tecnicamente despreparado constitui-se não só em má influência, mas também em um grave fator patogênico muitas vezes responsável exclusivo pelo fracasso escolar (ENDERLE, 1987).

Deste modo, Cubero e Moreno (1995) alertam que a conduta do professor em relação ao aluno será determinante para o auto conceito da criança, pois os sentimentos que um aluno tem sobre si mesmo, dependem,

em grande parte, dos comportamentos que percebe que o professor mantém em relação a ele. Uma atitude continuada e consistente de alta expectativa sobre o êxito de um aluno potencializa sua confiança em si mesmo, reduz a ansiedade diante do fracasso e facilita resultados acadêmicos positivos. Pelo contrário, uma atitude de desconfiança a respeito das capacidades do aluno ou de surpresa, diante de seu sucesso, alimenta sua insegurança e reduz as possibilidades dele enfrentar os problemas, criando no aluno um sentimento de incapacidade. Dessa maneira, as expectativas do professor em relação ao aluno convertem-se, freqüentemente, em profecias que se auto-realizam.

Cabe ao professor, então, propor em sala, trabalhos que levem em consideração o que as crianças sabem, valorizar as informações trazidas de casa e ensinar com base nesses conhecimentos são caminhos para fazer com que o ensino ganhe sentido. Ao perceber que não é só o professor que detém todo o saber, o estudante certamente terá sua auto-estima elevada.

Do ponto de vista didático, Libâneo (1990), afirma que uma das dificuldades mais comuns enfrentadas pelo professor é o que se costuma chamar de "controle da disciplina". E esta está diretamente ligada ao estilo da prática docente, ou seja, à autoridade profissional, moral e técnica do professor.

Para o autor, a autoridade profissional se manifesta no domínio da matéria que ensina e dos conteúdos e procedimentos de ensino, no tato em lidar com a classe e com as diferenças individuais, assim como a capacidade de controlar e avaliar o trabalho dos alunos e o trabalho docente. A autoridade moral é o conjunto das qualidades de personalidade do professor

como sua dedicação profissional, sensibilidade, senso de justiça e traços de caráter. Autoridade técnica constitui o conjunto de capacidade, habilidades e hábitos pedagógicos-didáticos necessários para dirigir com eficácia a transmissão e assimilação de conhecimentos aos alunos. Autoridade técnica se manifesta na capacidade de empregar com segurança os princípios didáticos e os métodos didáticos da matéria, de modo que os alunos compreendam e assimilem os conteúdos das matérias e sua relação com atividade humana e social, apliquem os conhecimentos na prática e desenvolvam capacidades e habilidades de pensarem por si próprios. Um professor competente se preocupa em dirigir e orientar a atividade mental dos alunos, de modo que cada um deles seja um sujeito consciente, ativo e autônomo.

Assim, a disciplina da classe depende do conjunto dessas características do professor, que lhe permitem organizar o processo de ensino. Entre os requisitos para esta organização, Libâneo (1990) destaca a motivação. Esta se dá através de conteúdos significativos e compreensíveis, assim como o uso de métodos adequados. Estes fatores são preponderantes na atitude de concentração e atenção dos alunos. Se estes estiverem envolvidos nas tarefas, diminuirão as oportunidades de distração e de indisciplina.

Verifica-se que a motivação é um dos trabalhos mais importantes a ser desenvolvidos pelo docente. Por isso, o bom professor procura fazer com que o processo de aprendizagem seja motivador em si mesmo fazendo com que as crianças sejam levadas a colocar toda a sua energia para enfrentar o desafio intelectual que a escola lhe coloca. O prazer vem, assim,

da própria aprendizagem, do sentimento de competência pessoal e da segurança de ser hábil para resolver os problemas.

## CONCLUSÃO

Após essa análise sobre o processo de desenvolvimento infantil, constata-se que devem ser considerados os aspectos motor, cognitivo, moral, social, afetivo e sexual, assim como as trocas de experiência que o indivíduo estabelecerá com o meio em que interage.

Na esfera moral, verifica-se que existe a idéia de noção de justiça na criança, e quando ela desenvolve uma formação baseada na justiça de cooperação, de respeito mútuo, é possível que possua um senso de justiça igualitário ao longo da vida. A escola e a família precisam ter bem claras as suas regras de conduta e as punições que lhes correspondem porque a criança que cursa o Ensino Fundamental I, está desenvolvendo sistemas mentais regidos pela lógica e para poder cumprir bem essa tarefa, não aceitará exceções e atenuantes, como o fará mais tarde, isto é, se os adultos não atrapalharem seu caminho.

A influência da família sobre as crianças, durante os anos escolares, é observada em diferentes dimensões evolutivas como a agressividade, o sucesso escolar, a motivação para o sucesso, a socialização dos papéis sexuais entre outros.

Os estilos educativos democráticos por sua judiciosa combinação de controle, afeto, comunicação e exigência de maturidade, são os que poderão proporcionar um melhor desenvolvimento da criança.

É preciso que a família assuma o papel de orientadora, de guia, de educadora. Começar, embora muitas vezes ainda tarde, a se envolver neste

processo importante e determinante da vida do ser humano, buscando tempo e espaço para esta empreitada.

A escola não só intervém na transmissão do saber científico organizado culturalmente, como influi em todos os aspectos relativos aos processos de socialização e individualização da criança, como são o desenvolvimento das relações afetivas, a habilidade de participar em situações sociais, a aquisição de destrezas relacionadas com a competência comunicativa, o desenvolvimento do papel sexual, das condutas e da própria identidade pessoal como o autoconceito, a auto-estima e a autonomia.

Os educadores têm papel relevante junto a seus alunos, bem como junto aos pais deles. É o papel de liderança que deve estar presente todo dia na vida das crianças. Declarar valores pessoais e estimular o seu desenvolvimento pode auxiliar nesta tentativa. Em qualquer oportunidade de tempo, desde que seja feito.

O professor deve promover a autoconfiança e a valorização de cada aluno, sendo estes fatores de segurança para o indivíduo e o grupo. Deve distribuir homogeneamente sua afetividade e ser juiz imparcial, evitando a autoridade arbitrária.

Para que a interação entre professor e alunos possa levar à construção do conhecimento, a interpretação que o professor faz do comportamento dos alunos é fundamental. Ele precisa estar atento ao fato de que existem muitas significações possíveis para os comportamentos assumidos por seus alunos, buscando verificar quais as necessidades que melhor traduzem as intenções originais. Além disso, o professor necessita compreender que aspectos da sua própria personalidade – seus desejos,



preocupações e valores – influem em seu comportamento ao longo de interações que mantêm com a classe.

Educar não é tarefa fácil, pois não há respostas simples nem receitas prontas. Ajuda muito problematizar as situações, os conflitos e os confrontos vividos no cotidiano.

Espera-se que as idéias e questionamentos presentes no trabalho sejam um disparador de dúvidas, pois acredita-se que quando se reconhecem as dúvidas, as certezas são abandonadas. Pois muitas vezes, são elas que ilusoriamente, servem para guiar os passos de alguém e, assim, ganhar a chance de procurar novos caminhos para conhecer melhor as crianças e todos os aspectos que são determinantes para um desenvolvimento saudável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, A. M.; FURTADO; TEXEIRA, M. I – **Psicologias: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

COLL, César. Fora da linha de montagem. **Revista Educação**, São Paulo, Ano 7, n.78, p. 9, out.2003.

COLL,C.; PALÁCIOS, J. MARCHESI,A. (Orgs) **Desenvolvimento Psicológico e Educação - Psicologia Evolutiva**. Vol.1. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DAVIS, C. e OLIVEIRA, Z. **Psicologia na Educação**. São Paulo: Cortez,1990.

ENDERLE, C. **Psicologia do Desenvolvimento: o processo evolutivo da criança**. 2ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ERIKSON, E. **Identidade, Juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1976.

FREIRE,P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

FREITAS,L. **A Moral na Obra de Jean Piaget: um projeto inacabado**. São Paulo: Cortez, 2003.

GALVÃO,I. **Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 9ed. Petrópolis, RJ: Vozes,1995.

GRAMSCI,A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez,1990.

MORAIS, A.M.P. **Distúrbios da Aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica**. São Paulo: Edicon,1986.

OLIVEIRA,G.C. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. Petrópolis,RJ: Vozes,1997.

PADILHA,H. **Moral**. Vol.1. Rio de Janeiro: Linha Mestra, 1999.

PIAGET,J. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

PICQ,L. e VAYER,P. **Educação Psicomotora e retrato mental – aplicação aos diferentes tipos de inadaptação.** São Paulo:Menole Ltda.,1985.

RAPPAPORT,C.R.; FIORI,W.R. e DAVIS,C. **Psicologia do Desenvolvimento.** Vol.1. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária Ltda.,1981.

REGO,T.C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 14ed.Petrópolis,RJ: Vozes,1995.

SPRINTHALL,R.C. e SPRINTHALL,N.A. **Psicologia Educacional: uma abordagem desenvolvimentista.** Portugal: McGraw-Hill,1997.

TIBA,I. **Quem Ama. Educa!** São Paulo: Gente,2002.

SAYÃO,R. **Como Educar Meu Filho?- princípios e desafios da educação de crianças e de adolescentes hoje.** São Paulo; Publifolha,2003.



UNI-RIO  
Universidade do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA  
DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A) : LUCIANA SILVESTRE PEREIRA BEBIANO

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO ENSINO FUNDAMENTAL

ORIENTADOR : MARIA ANGELA MONTEIRO CORRÊA

**FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL**

\* Primeiro avaliador : Professor convidado

Professor: LAYSE MARTINS HORA

Nota : 10 (dez)

**Considerações Finais:**

Trabalho muito bem escrito, preciso e claro. Temática bem escolhida, de alta significância para a formação do professor das séries iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2004

Layse Martins Hora



\* Segundo avaliador : Professor orientador

Professor : MARIA ANGELA MONTEIRO CORREIA

Nota: 10.0 ( Dez )

**Considerações Finais:**

A aluna Luciana mereceu essa nota na monografia apresentada pela estrutura do trabalho, pela forma lógica como desenvolveu o tema, pela fundamentação teórica realizada e pela coerência na exposição das ideias e dos autores.

Destaco ainda que, como orientadora, toda esse trabalho foi realizado em um curto espaço de tempo, ressaltando a seriedade, a dedicação e o empenho da aluna no estudo do tema escolhido.

Foi um prazer orientá-la.

Maria Angela

\* Terceiro avaliador : Professor da disciplina Monografia II

Professor: LÍGIA MARTHA C. DA COSTA COELHO

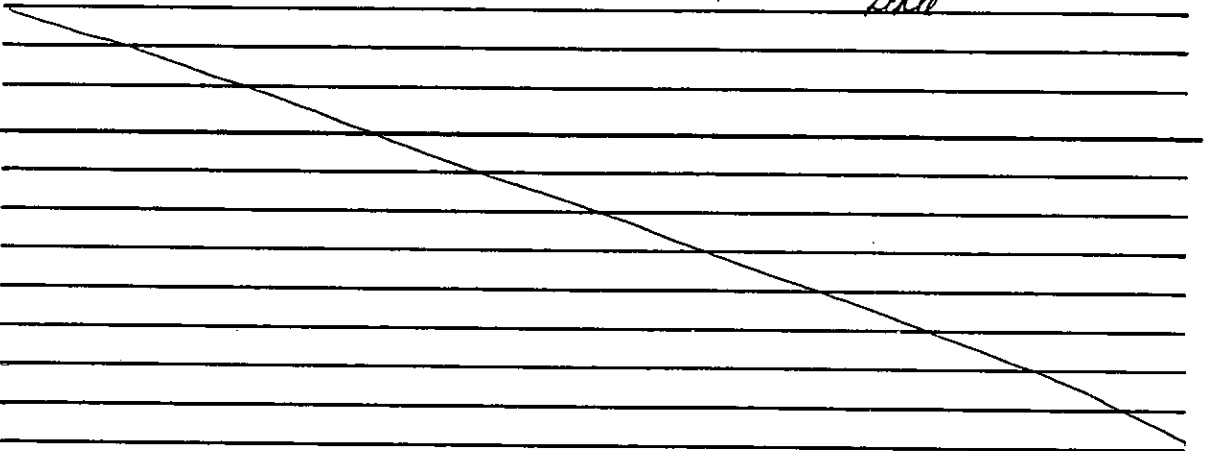
Nota : 10,0 (dez)

**Considerações Finais:**

*Monografia apresenta os elementos básicos - os indispensáveis - a consecução de um trabalho investigativo - objetivos fundamentação teórica.*

*Boa análise e independência de pensamento.*

*LCC*



**RESULTADO FINAL**

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
10,0	10,0	10,0	30,0	10,0
				dez

Rio de Janeiro, 10/02/2004

*LCC*